

# CADERNOS DE RETORNO

**Seção de resenhas de textos**

- ◆ BUCK-MORSS, Susan. Hegel y Haití: la dialéctica amo-esclavo: una interpretación revolucionaria. Buenos Aires: Editorial Norma, 2005.

*Anna Carolina Lucca Sandri*

# BUCK-MORSS, Susan. Hegel y Haití: la dialéctica amo-esclavo: una interpretación revolucionaria. Buenos Aires: Editorial Norma, 2005.

*Anna Carolina Lucca Sandri<sup>1</sup>*

O texto de Susan Buck-Morss fornece uma importante crítica ao pensamento de caráter universal europeu, que serviu para legitimar a exploração e dominação de escravizados (as) nas colônias. Nesse sentido, a autora teve como objetivo apontar as fissuras existentes nessas ideias, a partir da visualização no pensamento de Hegel de uma potencialidade crítica, que rompe com os pensamentos de autores que o precederam. Essa modificação nas reflexões do autor foi atribuída à luta dos (as) escravizados (as) na Revolução do Haiti.

No primeiro capítulo, a autora desnudou a hipocrisia do ideário de liberdade europeu que não condenava a escravidão. O texto apresenta várias contradições do ideário iluminista, que fundaram o pensamento ocidental: a liberdade era vista como um valor universal e um direito inalienável, porém, estes mesmos defensores da liberdade apoiavam a escravidão. Nesse sentido, a propriedade era vista como a fundação da liberdade, ao mesmo tempo, em que os (as) escravizados (as) também eram considerados propriedade.

---

1 Mestranda em Direito pela UFPR. Graduada em Direito com habilitação em Teoria do Direito e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Paraná, com interesse nas seguintes áreas: assessoria jurídica popular, direitos humanos, direito à cidade, gênero, cooperativismo e povos e comunidades tradicionais

Em seu segundo capítulo, a autora também apontou o paradoxo entre o ideal de liberdade e a escravidão, que marcou a inserção das potências ocidentais na economia global, por exemplo, possibilitando o desenvolvimento da Holanda no século XVI, assegurado pelo tráfico negreiro, que permitiu o acúmulo de riqueza. Portanto, a economia das metrópoles dependia da utilização da escravidão, tanto que mais de 20% da burguesia francesa dependia de atividade comercial relacionada ao escravismo.

No terceiro capítulo, a autora relatou que após as disputas com a Holanda, a Inglaterra foi conduzida a uma posição de domínio da economia mundial, que incluía o tráfico negreiro. Nesse período houve o desenvolvimento da teoria política, marcada pelo despontamento da figura de Thomas Hobbes, que percebia a escravidão como produto da guerra de todos contra todos no estado de natureza, que é uma disposição natural do homem. Já Locke criticava a escravidão, utilizada pelo autor como metáfora contra a tirania legal, ainda que considerasse a escravização de pessoas negras como instituição justificável. Essa visão foi possível pela dissociação entre o discurso político do contrato social e a economia doméstica, que abrangia as pessoas escravizadas. No capítulo seguinte, Susan Buck-Morss aprofundou a crítica feita aos filósofos iluministas que idealizavam os povos indígenas por meio do mito do bom selvagem, ao mesmo tempo em que não questionavam a exploração econômica proveniente da escravidão.

No quinto capítulo, a autora relatou a importância do ideal de liberdade como motivação para a independência dos Estados Unidos, ainda que a escravidão não tenha sido abolida. Já no capítulo seguinte, Susan Buck-Morss expôs a influência da Revolução Francesa no Haiti, inclusive refletindo sobre como a propagação do ideal de liberdade nas colônias ameaçava os fundamentos da economia escravista que apoiava a burguesia francesa. Nesse sentido, a legitimidade da Revolução Francesa originava-se a partir do ideário de liberdade, compreendido em termos universais. Dessa forma, para a autora a prova de fogo dos ideais iluministas foi a Revolução do Haiti, que desafiava o racismo presente nas concepções dos pensadores europeus.

Em seu sétimo capítulo, a autora defendeu que a metáfora entre senhor e escravo, descrita por Hegel no livro *Fenomenologia do Espírito*, foi elaborada a partir da Revolução do Haiti, ainda que não houvesse nenhuma menção explícita nesse livro. A utilização dessa metáfora difere dos autores iluministas que contrapunham a escravidão a um mítico estado de natureza.

No seu oitavo capítulo, Susan Buck-Morss aprofundou a exposição de Hegel sobre a metáfora senhor e escravo, em que sob uma análise superficial o senhor tem independência em relação aos seus escravos, os quais seriam dependentes dos seus proprietários e vistos como objetos. No desenvolvimento da dialética a dominação aparente do senhor se inverte e torna-se dependente dos seus escravos. Nesse sentido, os possuidores de escravos dependem da instituição escravidão para uma posição de superabundância.

Por isso, para Hegel os senhores seriam incapazes de tornarem-se agentes do progresso histórico sem aniquilarem sua própria existência. Sendo que o escravo é esse agente do progresso histórico, responsável por recriar a história depois que o senhor fez a humanidade possível. Os escravos alcançam a consciência ao se converterem em sujeitos que transformam a natureza pelo seu trabalho, portanto, demonstrando que não são objetos. Há críticas marxistas a Hegel pela não conversão dessa autoconsciência em prática revolucionária, segundo a autora esse passo foi dado pela Revolução do Haiti.

Segundo Hegel, a liberdade não pode ser assegurada pelos senhores, mas conquistada pelos escravos em um duelo que arrisquem sua própria vida. A humanidade dos escravos é demonstrada quando preferem morrer a permanecer subjugados. Dessa forma, Hegel inicialmente defendia que o próprio escravo era responsável pela falta de liberdade, já que preferia a vida à liberdade. Posteriormente considerou as leis que definiam os escravos como propriedade como inválidas.

No nono capítulo, a autora atribuiu a lacuna teórica de estabelecer relações entre as concepções de Hegel com a Revolução do Haiti à interpretação marxista que vislumbrava a luta entre senhor e escravizado de forma abstrata e apenas como metáfora da luta de classes,

bem como por uma visão existente no marxismo que considerava a escravidão como uma instituição pré-moderna e situada no passado.

Em seu décimo capítulo, Susan Buck-Morss buscou analisar a influência da Revolução do Haiti em outros textos de Hegel, que abordavam o conceito de autolibertação do escravo, em que este é livre, assim que toma consciência de sua própria liberdade, excluindo a possibilidade que uma pessoa seja propriedade de outra. Dessa forma, Hegel defendia que a consciência da liberdade ocorresse no mundo, e não apenas no pensamento, tomando como referência a escravidão moderna. Portanto, conectava a libertação dos escravos com a realização histórica da liberdade.

No capítulo seguinte, a autora reflete sobre o livro “Filosofia da História” de Hegel, em que há um retrocesso em relação à radicalidade defendida no “Fenomenologia do Espírito”, já que relegou a cultura africana à pré-história, bem como responsabilizou os negros pela sua própria escravidão, já que supostamente estariam melhor nas colônias do que na terra natal, em que prevaleceria uma escravidão absoluta. Apesar de Hegel considerar que a escravidão é injusta, pois a liberdade é proveniente da essência humana, ele prefere uma abolição gradual em detrimento de uma remoção súbita, já que defende que o ser humano deve adquirir maturidade para a liberdade.

Posteriormente, Susan Buck-Morss questionou se essa modificação no pensamento de Hegel originou-se apenas do seu posterior conservadorismo ou também em decorrência de inúmeras críticas ao desenrolar dos acontecimentos no Haiti, inclusive sobre a queda na produtividade com o trabalho livre. Nesse sentido, o Haiti sinalizou a incongruência de igualdade política que não implique no fim da desigualdade econômica, pois apesar da abolição da escravidão, os negros ficaram de mãos vazias.

Finalmente, em seu último capítulo, a autora concluiu que Hegel foi utilizado para justificar o eurocentrismo. Por isso, seria importante o resgate da influência da Revolução do Haiti na obra de Hegel, visando a recuperar os fatos históricos que retratam a liberdade, que são contados exclusivamente sob a perspectiva dos dominadores. Susan

Buck-Morss defendeu também que seria necessário um contraponto do pensamento de Hegel com outros conterrâneos como Toussaint-Louverture e Dessalines, a partir da retomada histórica com a perspectiva dos dominados um projeto de liberdade não precisaria ser abandonado, mas sim colocado sobre outras bases.

A universalidade europeia era pensada a partir da perspectiva do sujeito homem, branco e proprietário e fundamentava-se na dominação e exploração de outros seres humanos, inclusive dos (as) escravizados (as) nas colônias, que possibilitaram a acumulação de riqueza na metrópole. Portanto, um ideal de universalidade que preze pela liberdade necessariamente deve adotar o ponto de partida dos (as) oprimidos (as).

Para que a ciência comprometa-se com os ideais de liberdade é fundamental que adote o ponto de vista dos (as) dominados (as), e não dos (as) dominadores (as). É necessário que vá além de apontar as fissuras existentes no pensamento universal ocidental e procure dar mais voz aos sujeitos situados à margem, inclusive possibilitando que sejam eles os produtores de ciência.

